

**América Latina Periférica: O Desenvolvimento Latino-Americano Na Concepção De Prebisch/CEPAL (1948/1981)**

Paulo José Koling<sup>1</sup> - UNIOESTE

INTRODUÇÃO/ABORDAGEM:

A tarefa de retomar a análise da concepção prebischiana e cepalina do subdesenvolvimento latino-americano tem, hoje, significado teórico e prático, especialmente pelo fato do modelo de substituição de importações – por vezes entendido apenas como sendo o corpo do Estado desenvolvimentista –, ser considerado, por muitos (principalmente pelos *neoliberais*), um assunto historicamente encerrado ou esgotado, haja vista a realidade atual da economia capitalista nos “tempos da globalização” e a força definitiva do livre-mercado no desenvolvimento. Esta crítica ao livre-mercado foi, justamente, a origem e o fio condutor da trajetória histórica e intelectual de Prebisch/CEPAL durante o período. Para comprovar a necessidade da industrialização, como política econômica de desenvolvimento nacional e regional na integração, era preciso reinterpretar o capitalismo e sua expansão internacional, a partir da realidade e da história econômica dos países latino-americanos. Através do conceito de sistema centro–periferia, Prebisch produziu uma nova interpretação do desenvolvimento econômico latino-americano, contestando a teoria pretérita e seus economistas.

A partir dos referenciais da deterioração dos termos de intercâmbio, da elasticidade-renda e da dependência do progresso técnico, da economia política periférica, geradora da insuficiência dinâmica e da vulnerabilidade externa, Prebisch construiu um esboço da base estrutural do sistema centro–periferia, demarcando o papel, a função e a condição de cada parte no sistema (a periferia e o centro) e a base das relações interpartes no movimento reflexo. O autor foi, ainda, mais longe: tratou de comprovar que o sistema centro–periferia foi produzido na América Latina durante o período de *crescimento para fora*, sendo parte da expansão das economias dos países industrializados (centrais). Todavia, tal *modelo* não garantia um futuro aos países periféricos, pois, historicamente, sua dependência externa era notável e seus custos sociais inaceitáveis. Nas primeiras décadas do séc. XX, as duas grandes guerras contemporâneas, intercaladas pela grande depressão, no pós-1929, foram

suficientes para a defesa da necessidade histórica da industrialização periférica. O *modelo substitutivo de importações (para dentro)*, gestado no período de 1930 e 1945, anterior à própria CEPAL, foi utilizado como exemplo histórico em favor do aprofundamento da industrialização no pós-guerra, porém, para isso, foi preciso vencer o debate com os livre-cambistas, e planejar o desenvolvimento nas condições periféricas.

O aprofundamento da industrialização requereria, na periferia, a solução dos problemas e dos obstáculos que o subdesenvolvimento e o próprio sistema centro–periferia (dependência estrutural) antepunham. Na experiência periférica, o campo de ação e os interesses do Estado e da iniciativa privada (interna e estrangeira) requeriam uma atuação específica, pois a *via clássica* do livre-mercado, espontâneo e individualista, havia produzido a dependência periférica, com seu dualismo econômico e social. Para uma aceleração da industrialização, caberia ao Estado periférico, intervir e direcionar o processo através do planejamento do desenvolvimento, mediante a definição (programa) e a adoção de uma política econômica substitutiva que compatibilizasse os investimentos e seus resultados (poupança, produtividade e absorção da força de trabalho), em curto, médio e longo prazo à economia e à sociedade nacional.

Nos anos 60, Prebisch/CEPAL realizaram a primeira revisão teórica e do processo da industrialização substitutiva realizada no período de 1945 a 1960/63. Reconheceram os limites teóricos da visão econômica da industrialização e do progresso técnico, e constataram a permanência da insuficiência dinâmica, bem como o agravamento do dualismo periférico, principalmente em sua manifestação social (aumento das desigualdades sociais, da marginalização, do desemprego estrutural). Tratando-se da abordagem estruturalista, Prebisch/CEPAL inovaram teoricamente com o enfoque redistributivo, ao incorporar no debate a visão sociológica do desenvolvimento (econômico e social) e do sistema centro–periferia, e ao propor medidas reformistas distributivas, bem como a integração regional (aceleração de origem periférica).

Neste mesmo período foi elaborada uma interpretação do desenvolvimento de corte histórico-estrutural: a teoria da dependência. A análise integrada da dependência propunha

uma superação teórica do estruturalismo econômico, porém incorporando suas contribuições. A partir da teoria da dependência, a análise do processo de desenvolvimento e as relações de dependência passaram a ter corpo histórico-social, ou seja, pela prática social dos sujeitos históricos (classes, grupos, frações, corporações, Estado, Nação, etc.) e seus interesses e projetos, construía-se e reconstruía-se uma hegemonia interna na sociedade periférica, porém articulada com os grupos dominantes externos.

Durante a década de 70, Raúl Prebisch produz uma nova revisão, incorporando a crítica da teoria da dependência, mas, ao mesmo tempo, aprofundando o enfoque distributivo e o conceito inicial de sistema centro–periferia. Em sua crítica ao *capitalismo periférico*, o autor qualifica a crítica ao neoliberalismo, em voga, e elabora uma proposta de síntese histórica entre socialismo e liberalismo: a equidade social. Para o autor, com esta proposta, a superação do capitalismo periférico (excludente e conflitivo) seria possível desde que houvesse uma transformação na parte periférica e no sistema geral.

Na análise do *capitalismo periférico*, Prebisch centraliza sua crítica ao *novo liberalismo*, desvelando, com muita propriedade, sua face ideológica e cêntrica e sua inconsistência para a América Latina. Tendo em vista que a concepção periférica se apresentou como crítica à divisão internacional do trabalho, baseada na tese das vantagens comparativas e do livre-mercado, sua revisão, neste contexto histórico e ideológico, pode contribuir para a interpretação da nova fase da dependência periférica latino-americana, em construção desde meados dos anos 70, porém, hegemônica, a partir dos anos 90. Por exemplo. Um estudo da correlação de forças existente entre a *luta distributiva* e a *mudança regressiva nas relações de poder* certamente identificaria os grupos sociais e seus interesses internos e internacionais na globalização, bem como a articulação e a aliança entre os grupos dominantes periféricos e os centrais.

Enquanto que os textos seminais, que tratam do enfoque da industrialização e dos seus obstáculos internos e externos, os textos da primeira revisão teórica (do enfoque redistributivo, das falhas da industrialização, da estagnação, do problema da terra, do problema da estrutura da distribuição de renda numa sociedade tão desigual, da proposta de regiona-

lização do modelo substitutivo com a integração latino-americana, da acentuação da marginalização social, da desocupação tecnológica e da insuficiência na absorção da força de trabalho) foram incorporados na historiografia do desenvolvimento e na história do pensamento desenvolvimentista.

Com exceção da obra *“Transformación y Desarrollo”*, de 1970, e do artigo *“Crítica al Capitalismo Periférico”*, de 1976, os demais textos da quinta etapa do pensamento de Prebisch não são tão conhecidos. A princípio pode-se deduzir que a *teoria da dependência* – *“Dependência e Desenvolvimento”* de Cardoso e Faletto (1970) – tenha ocupado o espaço anterior do *estruturalismo cepalino nos temas do desenvolvimento e da dependência*; e que a partir dos anos 70 os estudos cepalinos acabaram focando outros problemas de ordem interna e externa dos países latino-americanos (inflação, dívida externa, estabilidade monetária, déficit fiscal, câmbio, etc.).

Em seu artigo de 1985, *“La Periferia Latinoamericana en la Crisis Global del Capitalismo”*, Raúl Prebisch expôs que teve a oportunidade de vivenciar duas grandes crises do capitalismo central e avaliar suas implicações à periferia. A primeira teve seu início com a crise de 29 e se estendeu até o final da segunda guerra mundial, em 1945. Já a segunda grande crise cêntrica ocorreu nos anos 70 e esteve relacionada à crise do petróleo. Ambas exigiram de Prebisch uma revisão teórica sobre o desenvolvimento. Na realidade, a teoria do subdesenvolvimento foi resultado da reflexão sobre a condição periférica neste período, além disso, este processo histórico foi o laboratório do *modelo substitutivo de importações*. Na avaliação de Prebisch, as duas grandes crises centrais e a exportação da crise à periferia confirmavam sua interpretação do sistema centro–periferia e o sentido estrutural nas relações de dependência. Além disto, no período seguinte às crises os rumos do desenvolvimento foram definidos a partir do restabelecimento da dependência e da hegemonia periférica e central. Enquanto que no primeiro caso, no período do pós-29 e do pós-1945 a reconstrução e a recuperação do capitalismo foi orientada pelos princípios keynesianos (regulação do papel e da função do Estado, da iniciativa privada, do planejamento anticíclico da política econômica) nos países centrais; a América Latina experienciou a industrialização

substitutiva “fácil”. A criação da CEPAL fez parte deste processo, porém, mesmo incorporando o “espírito” do planejamento anticíclico do crescimento econômico como solução dos problemas da pobreza (seus males e seus riscos), manteve certas diferenças por interpretar o desenvolvimento a partir dos problemas periféricos, sendo que, alguns tinham sua origem no próprio sistema centro–periferia.

No segundo caso, a recuperação cêntrica foi acompanhada de uma nova hegemonia neoliberal, crítica do keynesianismo e do desenvolvimentismo. Os cenários da propagação do ajuste neoliberal à periferia e suas implicações foram temas da análise prebischiana do capitalismo periférico, que era excludente e conflitivo.

Em sua *crítica ao capitalismo periférico*, Raúl Prebisch aprofundou a teoria do sistema centro–periferia, incorporou elementos da *teoria da dependência* e avançou em sua análise sobre a propagação da crise cêntrica às custas da periferia e os resultados sociais, políticos e econômicos de uma *mudança regressiva nas relações de poder*, que acentuariam a heterogeneidade estrutural e a dependência periférica, fazendo uso da força do Estado. Obviamente que seu ecletismo se misturava com os dois caminhos da crise estrutural no *capitalismo periférico* e sua síntese do uso social do excedente como solução definitiva às falhas do mercado (horizonte temporal e social). Todavia, mesmo mantendo a noção de excedente no interior da teoria liberal, na crítica do caráter excludente e conflitivo ele introduz a genealogia das relações de poder no desenvolvimento e a centralidade dos interesses pelo controle do Estado e da acumulação do capital. A partir desta abordagem, os rumos do desenvolvimento passam pelo domínio do poder econômico e político e sua regulação no Estado de Direito. Sua crítica ao *novo liberalismo* e o debate contra Friedrich A. Hayek e Rose e Milton Friedman esteve centrado nestes pontos.

Percebe-se uma lacuna na historiográfica do desenvolvimento latino-americano sobre a crítica prebischiana ao *neoliberalismo*, ainda mais se for levado em consideração que ele retomou e aprofundou o enfoque redistributivo, acrescidos da análise histórico-estrutural da teoria da dependência, no fervor dos acontecimentos. Enquanto que o conceito de sistema centro–periferia resultou de uma reinterpretação crítica do *modelo de crescimento pa-*

*ra fora* e da sua base teórica, tendo por análise o período histórico de 1929 a 1945; na análise da crise estrutural do *capitalismo periférico*, o velho *novo liberalismo* e seu projeto de reinserção periférica foram definidos como parte da exportação da segunda grande crise cêntrica, como substrato para o restabelecimento do crescimento cêntrico às custas do desenvolvimento periférico, e da recomposição da hegemonia e da dependência nos quadros do capitalismo neoliberal. Interesses, idéias, práticas e projetos de desenvolvimento tinham e têm historicidade, ou seja, lugar social na história.

---

<sup>i</sup> Professor Adjunto na UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, Curso de História.

BIBLIOGRAFIA:

- CEPAL. *Estudio Económico de América Latina – 1949*. Nueva York : CEPAL/ Naciones Unidas, 1951.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970.
- HAYEK, Friedrich A. “El ideal democrático y la contención del poder” In: \_\_\_\_; *Estudios Públicos*. Santiago/Chile, n. 1, 1980. p. 12-75)
- PREBISCH, Raúl. “*La Periferia Latinoamericana en la Crisis Global del Capitalismo*” In: *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, Agosto de 1985. n. 26. p. 65-90
- PREBISCH, Raúl. “*O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*” In: *Revista Brasileira de Economia*. Ano 3, n. 3, setembro de 1949. p. 47-111
- PREBISCH, Raúl. *Capitalismo Periférico: crisis y transformación*. México : Fondo de Cultura Económica, 1981.
- PREBISCH, Raúl. *Contra el Monetarismo*. Buenos Aires : El Cid Editor, 1982.